

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 011/2018

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 17 de julho de 2018, terça-feira, a partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

1. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECEAMENTO PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE XIQUE-XIQUE, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Luis Eduardo Souza e Silva (Promovido em 24/05/2018)	4º Quinto	Não	-
2	Márcio Bellazzi de Oliveira	5º Quinto	Não	Compôs 2 vezes alternadas
3	Matheus Polli Azevedo (Promovido em 24/05/2018)	5º Quinto	Não	-
4	Romeu Gonsalves Coelho Filho (Promovida em 20/06/2018)	5º Quinto	Não	-
5	João Paulo de Carvalho da Costa (Promovido em 04/07/2018)	5º Quinto	Não	-
6	João Ricardo Soares da Costa (Promovido em 24/05/2018)	5º Quinto	Não	-
7	Mariana Araújo Libório (Promovida em 20/06/2018)	5º Quinto	Não	-

2. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

- 2.1. Inquérito Civil nº 644.0.184740/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 2.2. Inquérito Civil nº 592.9.133137/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 2.3. Inquérito Civil nº 003.9.253526/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.4. Inquérito Civil nº 003.0.179309/2009, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.5. Inquérito Civil nº 167.0.132979/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 2.6. Inquérito Civil nº 001.0.172288/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.7. Procedimento Ministerial nº 001.0.152727/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.8. Inquérito Civil nº 001.0.171538/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.9. Inquérito Civil nº 001.0.172298/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.10. Inquérito Civil nº 001.9.40438/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.11. Inquérito Civil nº 592.9.38525/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 2.12. Inquérito Civil nº 003.0.143760/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente.
- 2.13. Inquérito Civil nº 003.9.141592/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do

Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

2.14. Inquérito Civil nº 156.0.53463/2014, da Promotoria de Justiça de Macarani;

2.15. Procedimento Ministerial nº 600.9.189684/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

2.16. Inquérito Civil nº 681.9.106039/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

2.17. Inquérito Civil nº 003.0.240477/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

2.18. Inquérito Civil nº 003.0.167440/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

2.19. Procedimento Ministerial nº 591.9.223694/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

2.20. Inquérito Civil nº 597.0.41382/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

2.21. Inquérito Civil nº 590.1.23227/2005, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

2.22. Inquérito Civil nº 590.0.21612/2009, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:

2.23. Inquérito Civil nº 596.0.209541/2013, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

2.24. Inquérito Civil nº 170.0.10/2008, da Promotoria de Justiça de Miguel Calmon;

2.25. Inquérito Civil nº 032.0.103623/2016, da Promotoria de Justiça de Oliveira dos Brejinhos;

2.26. Inquérito Civil nº 679.9.189662/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Conceição de Coité/BA;

2.27. Inquérito Civil nº 592.0.163976/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

2.28. Inquérito Civil nº 001.0.206097/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.29. Inquérito Civil nº 590.1.91885/2006, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

2.30. Inquérito Civil nº 590.0.166545/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

2.31. Inquérito Civil nº 015.0.35496/2013, da Promotoria de Justiça de Araci;

2.32. Inquérito Civil nº 003.0.181705/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

2.33. Procedimento ministerial nº 596.0.71164/2014, da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Feira de Santana.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

2.34. Inquérito Civil nº 003.9.149381/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

2.35. Inquérito Civil nº 204.0.101017/2016, da Promotoria de Justiça de Oliveira dos Brejinhos;

2.36. Inquérito Civil nº 674.9.11706/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

2.37. Inquérito Civil nº 020.9.199310/2017, da Promotoria de Justiça de Barra de Estiva;

2.38. Inquérito Civil nº 032.0.103599/2016, da Promotoria de Justiça de Oliveira dos Brejinhos;

2.39. Procedimento Ministerial nº 001.0.152702/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.40. Inquérito Civil nº 003.9.156873/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

2.41. Procedimento Ministerial nº 680.0.187716/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;

2.42. Inquérito Civil nº 190.9.158436/2017, da Promotoria de Justiça de Jaguaripe;

2.43. Inquérito Civil nº 190.9.213341/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

2.44. Procedimento Ministerial nº 003.9.246924/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

- 2.45. Procedimento Ministerial nº 020.0.117882/2010, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;
- 2.46. Inquérito Civil nº 032.0.103575/2016, da Promotoria de Justiça de Ibotirama;
- 2.47. Inquérito Civil nº 003.9.183682/2017, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.48. Procedimento Ministerial nº 003.1.57063/2005, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.49. Procedimento Ministerial nº 003.9.266629/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.50. Procedimento Ministerial nº 003.9.24573/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.51. Inquérito Civil nº 003.0.214286/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.52. Procedimento Ministerial nº 598.0.44274/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.53. Inquérito Civil nº 003.0.93730/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.54. Inquérito Civil nº 597.9.64975/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.55. Inquérito Civil nº 003.0.255532/2013, da 6ª Promotoria de Justiça a Infância e Juventude;
- 2.56. Procedimento Ministerial nº 705.9.147535/2017, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental de Paulo Afonso;
- 2.57. Inquérito Civil nº 674.0.70108/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.58. Inquérito Civil nº 699.0.245941/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
- 2.59. Inquérito Civil nº 003.9.39342/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.60. Inquérito Civil nº 681.9.152560/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 2.61. Inquérito Civil nº 003.9.177291/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:

- 2.62. Inquérito Civil nº 003.9.157733/2017, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.63. Inquérito Civil nº 590.0.101799/2008, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.64. Inquérito Civil nº 003.0.103661/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.65. Inquérito Civil nº 075.9.34924/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
- 2.66. Procedimento Ministerial nº 708.9.47570/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 2.67. Inquérito Civil nº 003.0.164390/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.68. Inquérito nº 003.0.176062/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.69. Procedimento Ministerial nº 003.0.53189/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.70. Procedimento Ministerial nº 691.9.33675/2018, da Promotoria de Justiça de Xique-Xique;
- 2.71. Inquérito Civil nº 594.0.184884/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Canavieiras;
- 2.72. Procedimento Ministerial nº 003.9.114159/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor.



RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA:

- 2.73. Procedimento Ministerial nº 003.9.234722/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.74. Procedimento Ministerial nº 003.0.100893/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.75. Inquérito Civil nº 592.9.182051/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 2.76. Inquérito Civil nº 600.0.184641/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.77. Inquérito Civil nº 003.9.267434/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.78. Inquérito Civil nº 702.0.89184/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:

- 2.79. Recurso Administrativo em Inquérito Civil nº 003.0.84867/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.80. Recurso Administrativo em Procedimento Administrativo nº 699.0.98693/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 2.81. Inquérito Civil nº 590.0.120887/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.82. Inquérito Civil nº 001.0.169820/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.83. Inquérito Civil nº 003.9.140664/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.84. Procedimento Ministerial nº 933.0.209694/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Luis Eduardo Magalhães;
- 2.85. Inquérito Civil nº 003.0.44598/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.86. Inquérito Civil nº 167.9.106948/2017, 167.9.106948/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 2.87. Inquérito Civil nº 167.0.136455/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 2.88. Procedimento Ministerial nº 190.9.37725/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 2.89. Inquérito Civil nº 249.0.139691/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Ribeira do Pombal;
- 2.90. Inquérito Civil nº 590.0.143808/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.91. Inquérito Civil nº 681.0.208466/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

- 2.92. Inquérito Civil nº 003.0.196478/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.93. Inquérito Civil nº 314.0.101355/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 2.94. Inquérito Civil nº 674.9.106460/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.95. Inquérito Civil nº 699.0.181542/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
- 2.96. Procedimento Ministerial nº 035.0.172983/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 2.97. Inquérito Civil nº 933.0.136148/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Luis Eduardo Magalhães;
- 2.98. Inquérito Civil nº 003.0.154420/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
- 2.99. Inquérito Civil nº 069.0.165946/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 2.100. Inquérito Civil nº 702.0.28799/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 2.101. Inquérito Civil nº 696.0.196204/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.102. Procedimento Ministerial nº 608.0.66521/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié.



3. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em 09 de julho de 2018.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público